

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

**Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura
e Sociedade (CPDA)**



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a
agricultura**

Área Temática: Reforma Agrária.

Período de Análise: 01/07/2016 a 31/07/2016

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da CNA
Site Eletrônico da ABAG
Site Eletrônico da CONAB
Site Eletrônico da CPT
Site Eletrônico do MMA
Carta Capital

Estagiária: Ananda da Silveira

Índice:

Incra conquista sétimo imóvel do ano para a reforma agrária em Sergipe. Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 01/07/2016	4
MST ocupa sede da superintendência do Incra em Sergipe. Site do MST, 04/07/2016.....	4
Incra/ES reúne quilombolas de Linharinho para tratar de regularização de território. Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 12/07/2016.....	6
Incra/BA recebe a posse de dois imóveis rurais no Vale do Jiquiriça e Litoral Sul. Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 13/07/2016	8
Sem Terra ocupam companhia de energia em Vitória da Conquista. Site do MST, 14/07/2016.....	9
Sem Terra são despejados de maneira arbitrária no oeste baiano. Site do MST, 18/07/2016.....	10
Incra/MA publica extrato de avaliação de imóvel rural em território quilombola. Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 18/07/2016..	11
Mais de 1500 Sem Terra dão início ao Festival de Cultura da Reforma Agrária. Catiana de Medeiros e Mídia Ninja. Site do MST, 20/07/2016.	11
Prisões de militantes do MST são denunciadas na Romaria dos Mártires. Maisa Lima. Site do MST, 19/07/2016.	13
Mais um acampamento sofre despejo no extremo sul da Bahia. Site do MST, 25/07/2016.....	15
Festival do MST em BH mostra que a Reforma Agrária vai além da distribuição de terra. José Eduardo Bernardes. Site do MST, 24/07/2016.	17
MST ocupa sede do INCRA em Cuiabá. Site do MST, 26/07/2016.	20
Em Jornada de Lutas, Sem Terra ocupam Incra no Ceará. Aline Oliveira. Site do MST, 27/07/2016.....	21
MST mobiliza as cinco regiões do país em jornada por Reforma Agrária e contra o golpe. Site do MST, 27/07/2016.	22
Sem Terra ocupam Semace no Ceará. Aline Oliveira. Site do MST, 28/07/2016.	24
MST realiza Feira Estadual da Reforma Agrária no Maranhão. Antônio Carlos Luz. Site do MST, 29/07/2016.	25
Incra inscreve 1,4 mil lotes de assentamento amazonense no Cadastro Ambiental Rural (CAR). Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 29/07/2016.....	26

Com crise econômica e incerteza política, MST vive remobilização. Marsílea Gombata. Carta Capital, 29/07/2016.....	28
A Marcha da Juventude Camponesa. Najar Tubino. Carta Maior, 29/07/2017.....	31
O indígena, aquele que deve morrer. Leonardo Boff. Carta Maior, 01/07/2016.....	34
O preço do feijão e o aprendiz de liberal. Paulo Kliass. Carta Maior, 06/07/2016....	36

Incra conquista sétimo imóvel do ano para a reforma agrária em Sergipe. Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 01/07/2016

O Incra confirmou, na última quinta-feira (30), mais uma importante conquista para a reforma agrária em Sergipe. A fazenda Barroca Funda e Outras, localizada em Tobias Barreto, no Sertão Ocidental de Sergipe, teve sua posse imitada em favor da autarquia após decisão proferida pela 2ª Vara da Justiça Federal, instalada no próprio município.

“A obtenção desse imóvel consolida um novo avanço da reforma agrária no Sertão Ocidental de Sergipe, contribuindo para reduzir as desigualdades e promover um maior dinamismo econômico e social, não apenas em relação às famílias beneficiadas, mas à própria região como um todo”, analisou André Luiz Bomfim Ferreira, superintendente regional do Incra/SE.

Com uma extensão de 250 hectares, a fazenda, decretada como de interesse público para fins de reforma agrária desde 2013, dará lugar a um novo projeto de assentamento com capacidade para abrigar a 12 famílias.

Sétima área obtida pelo Incra/SE somente este ano, a Fazenda Barroca Funda e Outras terá sua posse entregue oficialmente à autarquia federal em evento agendado para a próxima terça-feira (05), no próprio imóvel.

MST ocupa sede da superintendência do Incra em Sergipe. Site do MST, 04/07/2016.

Com a ocupação, os Sem Terra visam chamar a atenção do governo federal para a necessidade urgente de viabilizar terra para assentar as famílias acampadas no estado.

Trabalhadores integrantes do MST ocupam a sede do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), em Sergipe, desde a manhã desta segunda-feira (04). As famílias trouxeram barracas, redes e colchões e pretendem permanecer por tempo indeterminado.

Desde a última ocupação da superintendência durante a mobilização nacional em protesto contra a extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), por moradias populares e pela reestruturação do Incra as famílias em Sergipe se mantêm em luta.

"O governo federal, presidido por Michel Temer, presidente interino e legítimo, não mudou sua postura e manteve paralisada a Reforma Agrária. Retirando importantes atribuições do Incra e extinguindo o MDA, passando suas funções para um recém criado Ministério de Desenvolvimento Social e Agrário, tratando o agricultor familiar, camponês e indígena não como elemento central de um desenvolvimento socioambientalmente sustentável, mas como público-alvo de uma política social que mais bem busca reproduzir a pobreza do que enfrentá-la", segundo Girslene Reis, do MST, presente na mobilização.

Temer também cancelou a chamada pública que estava programada para contratar entidades de assistência técnica e extensão rural (Ater) para apoiar a gestão e a qualificação de mais de 930 associações e cooperativas da agricultura familiar e da Reforma Agrária em todo o país e poderem participar de mercados institucionais e privados.

Esta medida não afeta apenas a contratação dos serviços de Ater, mas promove um desmonte de estratégias em curso para a inserção da agricultura familiar na comercialização de sua produção, nos mercados institucionais das compras públicas, como Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Na última sexta-feira (01) o MST, tomou com surpresa a exoneração do superintendente do Incra no estado de Sergipe, André Ferreira Bonfim, e lançou uma nota ([leia aqui](#)).

Com a ocupação, os Sem Terra visam chamar a atenção do governo federal para a necessidade urgente de viabilizar terra para assentar as famílias acampadas no estado. O movimento reivindica desapropriações de terras para Reforma Agrária e acesso a políticas de desenvolvimento, como educação e assistência técnica, além de ações que viabilizem projetos produtivos e segurança hídrica nos acampamentos e assentamentos.

Incra/ES reúne quilombolas de Linharinho para tratar de regularização de território. Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 12/07/2016

Representantes da Superintendência Regional do Incra no Espírito Santo estiveram sábado (9) na comunidade quilombola de Linharinho - situada a 12 quilômetros da sede do município de Conceição da Barra (Norte do estado) -, para realizar uma reunião com o objetivo de atualizar as informações sobre a regularização daquele território. Durante a semana passada técnicos da autarquia estiveram no local para notificar posseiros que contestam a ação governamental referentes ao indeferimento de seus recursos no Comitê de Decisão Regional no âmbito do Incra/ES, contrários aos estudos antropológico e fundiário constantes do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID).

Na abertura do encontro, a líder Elda Maria dos Santos – conhecida na comunidade como dona Miúda –, desejou “axé” a todos e fez questão de lembrar os sobrenomes dos ramos familiares (Domingos, Santos, Cassiano, Gomes, Nascimento etc.) que deram origem ao território e dizer que o processo está prosseguindo no Incra – o que, segundo ela, “é a forma de manter a comunidade e o território como herança aos netos e bisnetos dos que aqui hoje estão”.

O superintendente regional em exercício Incra/ES, Girley Vieira, descreveu o cenário pelo qual passa a autarquia diante do atual momento do país e as fases a serem percorridas para a efetivação do reconhecimento da área de 3,5 mil hectares, reivindicada pela comunidade no processo administrativo de regularização do território, iniciado em outubro de 2012. A fim de atender as 55 famílias remanescentes de quilombo cadastradas no território de Linharinho e de outras 16 comunidades com processos administrativos em terras capixabas, “a Superintendência Regional não tem medido esforços no sentido de fortalecer o setor responsável pela regularização dos territórios quilombolas no Espírito Santo, destinando mais dois servidores para atuação no programa”, destacou Vieira.

Ao apresentar informações para esclarecer dúvidas da comunidade sobre a tramitação do processo no âmbito da Superintendência Regional, o chefe do Serviço de Regularização de Territórios Quilombolas da Divisão de Ordenamento da Estrutura

Fundiária, engenheiro agrônomo Alexson de Mello Cunha, declarou que a delimitação do território foi realizada com base no estudo antropológico desenvolvido na área. Para o servidor, o mapa (cujo exemplar foi entregue aos líderes da comunidade), embora não tenha caráter definitivo, é peça importante na fase de Decreto Presidencial que reconhecerá a área no encaminhamento da ação judicial para fins de desapropriação e titulação definitiva do território no futuro.

Agroindústria familiar

Enquanto atividade base da economia na comunidade, que faz parte da cultura do povo remanescente de quilombos, a exploração da mandioca e seus subprodutos é uma forma também de manter os laços com os antepassados e seus ensinamentos na forma de produzir e aproveitar os recursos da terra. É a partir desse legado que várias famílias trabalham em uma pequena “indústria farinheira” instalada no local com todo o maquinário necessário ao seu processamento – que garante tanto o sustento da comunidade com o consumo da farinha de mandioca, quanto da comercialização do excedente a varejistas da região (média de R\$ 120 o saco de 50 quilos), cujos valores arrecadados são revertidos aos associados.

De acordo com Vermindo dos Santos – de 49 anos e um dos nove irmãos envolvidos na atividade da agroindústria familiar no Linharinho -, a estiagem ocorrida nos últimos tempos no Norte do Espírito Santo prejudicou um pouco a produção, pela falta de matéria-prima para atender a capacidade total de produção de 50 a 60 sacos diariamente. Como fonte principal de renda, a maioria das famílias segue a vocação agrícola capixaba com o plantio de café e de pimenta do reino. Outras culturas como batata, feijão (do tipo corda, fava ou guandu), fruta pão e banana também garantem a subsistência dessas famílias. Além disso, no caso específico de Vermindo e de outros dois associados, eles complementam renda com a atividade de apicultura – que traz um retorno de aproximadamente R\$ 16 mil ao ano para suas famílias.

Tradição cultural

Quando se fala da dieta alimentar dos descendentes de quilombo um item não pode faltar: o beiju. Esse quitute advém da goma de mandioca (descascada, ralada e torcida em um pano alvinho cuja massa forma a goma ao retirar todo o líquido), que em algumas regiões do país é conhecida como tapioca ou mesmo biju. Sua matéria-prima também é processada na agroindústria familiar do Linharinho.

Na comunidade, cerca de 15 mulheres participam da atividade e os produtos [que possuem selo informando sua origem] são comercializados em feiras de Conceição da Barra ou mesmo junto a consumidores no varejo que solicitam encomendas – cada saquinho com 100 unidades é vendido, em média, a R\$ 20.

Incra/BA recebe a posse de dois imóveis rurais no Vale do Jiquiriça e Litoral Sul. Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 13/07/2016

A superintendência regional do Incra na Bahia recebeu a posse de dois imóveis rurais que totalizam 1.315,8 hectares com capacidade para assentamento de 42 famílias de trabalhadores rurais.

Nesta quarta-feira (13), acontece a imissão na posse da Fazenda Kaeté situada no município de Maracás, no Vale do Jiquiriça. O ato beneficia 28 trabalhadores rurais, com 1.005,9 hectares.

Já a Fazenda Pancadinha, que fica no município de Almadina, no Litoral Sul, também foi imitada na posse na última quarta-feira (6). Com isso, 14 famílias de agricultores serão favorecidas com 309,9 hectares.

Imissão

O ato de imissão ocorre quando o imóvel rural tem sua posse transferida para o Incra, explica o chefe da Divisão de Obtenção de Terras, do Incra/BA, Jorge Luiz Silva. “Após a imissão na posse, ocorre a seleção das famílias a serem beneficiadas”, acrescenta Silva.

Ele explica que a Fazenda Kaeté tem aptidão para o cultivo de mamona, culturas anuais e criação de bovinos e caprinos. Já a Fazenda Pancadinha tem potencial para o desenvolvimento da cultura do cacau, da seringa, banana e frutas, tais como cajá, goiaba e cajá-umbu.

O coordenador das associações de trabalhadores rurais e pequenos agricultores de Maracás, Dervival Fontes, afirma que a imissão na posse é uma grande conquista. “São mais 28 famílias que nós conseguimos tirar da miséria. Agora elas poderão trabalhar e ter seu espaço para plantar e morar com dignidade”, ressalta Fontes.

Sem Terra ocupam companhia de energia em Vitória da Conquista. Site do MST, 14/07/2016.

Para o Movimento, o processo de ocupação é legítima e importante para dialogar, principalmente, com a sociedade sobre o descaso que as pautas da classe trabalhadora vem sendo tratada.

Na manhã dessa última quarta-feira (13), centenas de trabalhadores e trabalhadoras Sem Terra ocuparam a sede da Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia (Coelba), em Vitória da Conquista, no sudoeste baiano, cobrando a implementação de direitos, como a iluminação pública e o acesso ao programa “Luz para Todos” do Governo Federal.

Vitória Conquista possui 17 assentamentos de Reforma Agrária e, em algumas localidades, direitos básicos não chegam às famílias.

Com gritos de ordem, bandeiras e ferramentas de trabalho em punho, foi denunciado a morosidade da empresa em atender as demandas, compreendendo que fazem parte de uma pauta antiga do MST, e o não acesso a alguns direitos, como educação para jovens e adultos, que requer de energia elétrica já que as atividades acontecem durante a noite.

Para o Movimento, o processo de ocupação é legítima e importante para dialogar, principalmente, com a sociedade sobre o descaso que as pautas da classe trabalhadora vem sendo tratada.

Após uma rodada de negociação com o gerente da unidade foi acordado que, no máximo, em 30 dias uma equipe de técnicos da Coelba vão em todas as áreas para construir um diagnóstico, apresentando as principais demandas e desenvolvendo um plano de ação que visa o acesso a eletricidade pelas famílias.

Sem Terra são despejados de maneira arbitrária no oeste baiano. Site do MST, 18/07/2016.

A direção do Movimento no estado repudia as contradições do modelo de produção do agronegócio, com ênfase as desigualdades sociais e aos impactos ambientais provocados pelos monocultivos da soja.

Na última quarta-feira (13), cerca de 1400 Sem Terra foram despejados do Acampamento Capitão Lamarca, localizado na fazenda Dona Júlia 2, em Barreira, no anel da soja do oeste baiano.

O MST denuncia que o método adotado pela Polícia Militar e por uma equipe das Rondas Especiais (Rondesp – BA) foi arbitrário e desumano, tendo em vista, que a após a entrega da liminar de despejo foi dado o prazo de apenas 10 minutos às famílias para desocuparem a área.

Muitos objetos pessoais ficaram para trás e em seguida tratores passaram por cima dos barracos. Além disso, os trabalhadores que estavam registrando a ação com seus celulares foram impedidos de tirar fotos.

A operação foi comandada pelo capitão Gama que puxou uma escolta armada às famílias gerando um sentimento de intimidação e medo. Diversas conversas foram realizadas com a coordenação do acampamento com a polícia, o que não garantiu um acordo.

A região oeste do estado da Bahia é um dos centros do agronegócio, onde as forças conservadoras e o método coronelista se mantêm vivos.

A direção do Movimento no estado repudia as contradições do modelo de produção do agronegócio, com ênfase as desigualdades sociais e aos impactos ambientais provocados pelos monocultivos da soja.

Após despejo, as famílias montaram acampamento fora da fazenda, com o objetivo de permanecerem mobilizados e em denuncia a improdutividade da área.

Incra/MA publica extrato de avaliação de imóvel rural em território quilombola. Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 18/07/2016

A Superintendência Regional do Incra no Maranhão disponibiliza para consulta extrato simplificado do laudo de vistoria e avaliação de imóvel rural denominado Fazenda Bodas de Ouro, inserido no perímetro do território quilombola "Comunidade Santa Rosa dos Pretos", no município de Itapecuru Mirim (MA).

A publicação do extrato na página institucional da regional atende ao disposto no artigo 6º da Norma de Execução Conjunta DT/DF/Incra nº 03, de 21 de junho de 2010, e ainda aos princípios da publicidade e economicidade no serviço público.

Os interessados podem consultar o processo administrativo na sede regional do Instituto, em São Luís, localizada na Avenida Santos Dumont, 18, Bairro Anil. Mais informações pelo telefone (98) 3878-7450.

Mais de 1500 Sem Terra dão início ao Festival de Cultura da Reforma Agrária. Catiana de Medeiros e Mídia Ninja. Site do MST, 20/07/2016.

Feira, festival de música e poesia e shows completam as atrações na cidade de Belo Horizonte até o próximo domingo.

Mais de 1500 Sem Terra de 19 estados do Brasil deram início, nesta quarta-feira (20), ao Festival Nacional de Artes e Cultura da Reforma Agrária, na cidade de Belo Horizonte, em Minas Gerais.

O ato político-cultural, que acontece na Praça da Estação e na Serraria Souza Pinto, no centro da cidade, vai até o próximo domingo (24), e contará com uma Feira de Produtos da Reforma Agrária, Feira Literária e gastronômica com iguarias de todas as regiões do Brasil, Mostra de Cinema da Terra, shows e seminários de formação sobre diversos temas.

De acordo com a paraense Maria Raimunda César, da Frente de Educação, Cultura e Formação do MST, a atividade traz o acúmulo histórico de luta e resistência que camponeses e camponesas de todo o país construíram ao longo desses 32 anos de fundação do Movimento, seja na organização da classe trabalhadora ou na disputa de um modelo de sociedade que priorize a valorização do ser humano.

“O festival representa o legado Sem Terra na construção da consciência humana e da libertação da classe trabalhadora, onde a produção de alimentos das áreas de assentamentos de todo o país se mistura com música, poesia, arte, pintura e artesanato. Ele também é um processo de luta e resistência que expressa nas palavras rebeldes de homens e mulheres as mazelas sociais, o atraso da política agrícola, a disputa do modelo de agricultura e o anseio por uma nova sociedade”, explica.

Maria acredita ainda que a cultura no MST esteja representada na construção de uma existência humana que tenha relação com o trabalho, a vida e a terra. “É uma prática transformadora que se diferencia na construção de um projeto popular, onde todas as pessoas são protagonistas”, afirma.

Música e poesia

Os organizadores esperam que ao menos 50 mil pessoas circulem pelo Festival durante estes cinco dias de atrações.

Além de mais de 160 toneladas de produtos das áreas de assentamentos e acampamentos do MST, uma das grandes atrações do festival é Mostra de Poesia “Versando Rebeldia” e o “Festival de Música Da Luta Brotam Vozes de Liberdade”.

Ao todo, 60 músicas e 40 poesias serão interpretadas em quatro dias de evento. Deste total, 20 canções serão escolhidas para fazer parte de um CD e um DVD, assim como 20 poemas serão registrados em um livro.

As inscrições, encerradas no dia 30 de junho, chegaram a somar 105 canções e 195 poemas de 18 estados do Brasil.

Para Ênio Bohnenberger, da direção nacional do MST, o Festival faz parte da cultura do povo Sem Terra. “Desde o início, a música e a poesia sempre tiveram presentes, assim como a produção de alimentos. A arte nos ajuda na resistência da Reforma Agrária”, acredita.

Para Ênio, a poesia e a música “são as artes que mais se expressam no nosso Movimento, e não podia faltar no nosso Festival. Ainda mais nesse momento que a cultura brasileira de massa está em crise. Você faz algo ruim e explode na mídia”, exemplifica.

“Queremos produzir uma cultura própria, cultura popular, como um projeto de transformação e libertação, que nos tire da alienação que os meios de comunicação nos impõem. Essa é a nossa ambição”, aponta.

Atrações especiais

Além dos festivais em si, a programação do evento ainda conta com mais de 15 shows, como Pereira da Viola, Aline Calixto, Xangai, Chico César, Zé Mulato e Cassiano e Renegado. Outros 7 debates trarão temas como mídia democrática, saúde, agroecologia, cultura, educação e conjuntura política.

Prisões de militantes do MST são denunciadas na Romaria dos Mártires. Maisa Lima. Site do MST, 19/07/2016.

Denúncia foi encaminhada pelo frei José Fernandes Alves, da Arquidiocese de Goiânia e do Comitê Goiano de Direitos Humanos Dom Tomás Balduino.

A Romaria dos Mártires, realizada pela prelaquia de São Félix do Araguaia (MT), distante mais de 990 quilômetros de Goiânia, este ano lembrou os 40 anos do martírio

dos padres João Bosco Penido Burnier e Rodolfo Lunkenbein e do índio Simão Bororo. Na mesma ocasião – 16 e 17 de julho – também foi destacada a memória de Sepé Tiaraju (patriarca da causa indígena).

O objetivo da Romaria dos Mártires é manter viva a memória daqueles e daquelas que deram e vem dando suas vidas pelas causas da casa, da terra e dos direitos humanos. Dos povos indígenas, quilombolas, camponeses/as, juventude, crianças, adolescentes, mulheres, população em situação de rua. Este ano, o frei José Fernandes Alves, da Arquidiocese de Goiânia e membro do Comitê Goiano de Direitos Humanos Dom Tomás Balduino solicitou aos romeiros e romeiras atenção especial à denúncia das prisões dos militantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) em Goiás, encarcerados unicamente por lutar pela reforma agrária popular. Leia trecho da carta de frei José:

“No atual contexto de acirramento político em escala nacional, está acontecendo uma grave perseguição ao MST em Goiás, o que coloca em risco a luta popular não apenas no estado, mas em todo o País. Embora ainda circunscrita ao estado goiano, as ferramentas deste processo de criminalização e de estabelecimento de estado policial poderão ser utilizadas em qualquer outro estado brasileiro ou mesmo em âmbito federal. Em tempos de ruptura das instituições democráticas, deve-se dar especial atenção a este “laboratório” da repressão.

No dia 14 de abril último, três juízes das Comarcas de Santa Helena, Mineiros e Rio Verde decretaram, em colegiado, a prisão preventiva de quatro militantes do MST sob a alegação que os mesmos fazem parte de uma organização criminosa. Ressaltamos que esta é a primeira vez no Brasil que o MST é criminalizado com base na lei 12.850/2013. Esta lei, supostamente criada para atuar contra lavagem de dinheiro e tráfico, pode ser considerada a legitimação de um verdadeiro Estado de Exceção. Com isso, a rigor, a partir de uma leitura ideológica de que o MST tem por objetivo cometer crimes, qualquer militante pode ser acusado em qualquer inquérito que seja iniciado. É a tentativa absurda de colocar na ilegalidade um movimento democrático que luta pela Reforma Agrária Popular no Brasil.

Desde o dia 15 de abril o agricultor e acampado Luiz Batista Borges, encontra-se preso. No dia 31 de maio, agricultor e militante José Valdir Misnerovicz foi preso. Dyessica e Natalino encontram-se exilados.

Mas porque isso está ocorrendo em Goiás? Ora, nos últimos três anos, o MST em Goiás saltou de 600 para 6,6 mil famílias acampadas. Acreditamos ser indispensável uma ampla campanha de solidariedade também em nível internacional para pressionar as instituições brasileiras a rechaçarem essa nova forma de criminalização do movimento, pela liberdade dos companheiros Luiz Borges e Valdir Misnerovicz, e, também para apoiar e viabilizar as ações de defesa do movimento que contemplam, sobretudo a proteção dos direitos humanos e a ampliação das lutas sociais pela Reforma Agrária e por uma sociedade mais igualitária.”

Mais um acampamento sofre despejo no extremo sul da Bahia. Site do MST, 25/07/2016.

Durante a ação, as famílias foram obrigadas a abandonar seus lares, deixando para traz mais de seis hectares de plantações de milho, abóbora, feijão, tomate, melancia e uma variedade de hortaliças

Na manhã da última quinta-feira (21), cerca de 200 trabalhadores e trabalhadoras Sem Terra do Acampamento Padre José, localizado no município de Itanhém, Extremo Sul, sofreram despejo pela Polícia Militar.

Durante a ação, as famílias foram obrigadas a abandonar seus lares, deixando para traz mais de seis hectares de plantações de milho, abóbora, feijão, tomate, melancia e uma variedade de hortaliças. Além dos seus pertences pessoais.

A direção estadual do MST avalia que, a liminar de despejo não considerou a situação das famílias acampadas e os benefícios para a população do município com a produção de alimentos diversificados fornecidos, semanalmente, nos mercados e feiras locais.

As famílias ocuparam a fazenda há um ano. Na ocasião, a área foi apresentada como improdutiva e com uma série de pendências junto ao poder público. Mesmo assim, o processo de desapropriação está travado e os Sem Terra vem sofrendo uma série de ameaças.

Coronéis do gado

A região de Itanhém se caracteriza por ter uma grande concentração de terra nas mãos de um pequeno grupo de latifúndios, que exercem forte influência no campo político municipal e estadual.

De acordo com os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o município é considerado um dos mais pobres do país. Para o MST, isso aponta claramente a “falsa ilusão” de que o modelo de produção do agronegócio garante desenvolvimento para os trabalhadores e trabalhadoras.

Além desse elemento, Itanhém possui uma serie de notificações de agressões e ameaças aos pequenos produtores. E no Acampamento Padre José não foi diferente.

Os Sem Terra relatam que os latifundiários utilizam diversos métodos para intimidar e marginalizar a luta pela terra na região. Colocando gado nas lavouras das famílias ou enviando tratores para derrubar os “barracos”.

Já no início do mês, durante um encontro, diversos educadores foram ameaçados quando realizavam uma marcha em defesa da educação do campo e contra o golpe a democracia. A ação ocorreu no ato de abertura do encontro de Educadores do Campo.

Neste episódio, as pessoas foram ameaçadas com arma de fogo duas vezes, em menos de 30 minutos, por dois homens armados e sem identificação. Posteriormente se constatou que um era tenente e o outro juiz.

Resistência

Dentro deste contexto de opressão, as famílias vêm resistindo as inúmeras investidas contra o processo de organização e a luta pela desapropriação da área.

Um novo acampamento foi montado fora da fazenda e as denúncias permanecem no intuito de dialogar com a sociedade sobre o conservadorismo e os bloqueios institucionais construídos contra as lutas populares.

Festival do MST em BH mostra que a Reforma Agrária vai além da distribuição de terra. José Eduardo Bernardes. Site do MST, 24/07/2016.

Diversidade musical deu o tom da mostra de música do rap à moda de viola, do baião à canções de influência indígena.

"O festival demonstra que a Reforma Agrária vai para além da distribuição de terra. Nós também lutamos pela distribuição do conhecimento, da arte, da cultura. O Sem Terra produz muita cultura, em diversas áreas, que vão desde as artes plásticas, a poesia, a música, várias outras formas de se expressar artisticamente", afirma Marcos Pertaqui, intérprete de uma das canções apresentadas durante o Festival Nacional de Artes e Cultura da Reforma Agrária, em Belo Horizonte.

Mais de 100 canções de 18 estados do Brasil foram inscritas no Festival. Sessenta canções chegaram à capital mineira e foram apresentadas durante 4 dias de festa, nas duas sedes do evento, a Serraria Souza Pinto e a Praça da Estação, localizadas no centro da capital mineira. Agora, as 20 selecionadas pelo juri farão parte de um CD, incluindo a música do Sem Terra Marcos Pertaqui. Dez destas músicas serão de militantes do MST e as outras de amigos do movimento, e todas farão parte de um DVD.

Marcos é do acampamento Primeiro do Sul, em Campo do Meio, no estado de Minas Gerais. Para o músico, "a canção pode ter a capacidade de traduzir para o povo brasileiro uma coisa que um discurso político em cima de um carro de som não teria a capacidade de atingir. Ela consegue chegar nos lares, em todos os lugares. E quando você transforma essa expressão artística em uma arte engajada, você consegue levar essa mensagem de transformação”.

“A arte, a cultura e a política não são coisas separadas, elas estão sempre juntas”, ressalta Bruna Gavino, do Levante Popular da Juventude de Minas Gerais, uma das mais aclamadas pelo público presente à Serraria. Ela lembra, porém, que mais importante que ter sua música reconhecida é “ver a galera da cultura pautando a política”.

“E a minha música não é só minha. Fiquei duas semanas tentando escrever essa música e saíram só três frases. Ai, no meio do nosso acampamento estadual aqui de Minas Gerais, com todo aquele clima, com toda aquela gente, ela saiu em 10 minutos”, comenta

Bruna.

Amigos do MST

A diversidade musical prevaleceu na escolha do juri: do rap à moda de viola, do baião à canções recheadas de influências latinas e andinas. Entre os selecionados estão amigos e parceiros do MST e artistas nascidos e criados dentro do Movimento Sem Terra.

Um dos amigos do MST, Neudo Oliveira, natural de Bodocó, município de Pernambuco, explica que participar do Festival foi “uma experiência incrível”. “Essa relação de construção com os artistas, muitas amizades e, principalmente, a importância que tem de estar aqui. Para mim, é maravilhoso”, diz.

Neudo lembra que no estado onde nasceu Luiz Gonzaga, todo mundo é músico. “No sertão de Pernambuco todo mundo é músico, toca alguma coisa, porque o Forró Pé de

Serra está na alma. Meu pai é sanfoneiro tradicional de Pé de Serra e fazia as apresentações dele para camponeses e camponesas da época. Ai a gente foi aprendendo”.

A paulista de Americana, Anita Lino, reverenciada pelos músicos e pela plateia, começou a se relacionar com o MST através da música. Ela lembra de ter participado de um ato do Movimento no Rio de Janeiro, onde uma amiga lhe aproximou da cultura e das canções camponesas. Após sua apresentação, ela não conseguia disfarçar a emoção.

“É muito forte, eu estou bastante emocionada de ver que esse Festival recebeu minha música, assim, de primeira, porque foi justamente a terra que me inspirou a fazê-la. Essa terra que fecunda memórias, que fecunda sabedorias, uma terra fértil. E eu acho que essa música tem tudo a ver com a luta em si, justamente porque o nome dela, "Fecundação", mostra que toda ação pode mudar o mundo”, aponta.

Anita já tem dois EP's (álbuns compactos, geralmente uma amostras do trabalho do artista) gravados, mas não se sente confortável em embarcar na roda da indústria cultural. “Eu toco muito na rua, sou cantora de rua, morei no México e tirei muita grana tocando na rua mesmo. Eu acredito que a música não tem dono, a música é a mais libertária das deusas e eu acho que se ela está aqui, ela está para gritar”, completa.

Diversidade

O Festival conseguiu aliar diversidade e qualidade nas apresentações, segundo o arranjador André Siqueira, que participou da preparação das canções e dos próprios músicos. “Fiquei muito feliz, por ter acesso a essa produção cultural de dentro do Movimento. Aponta para uma direção muito interessante em termos de educação musical, e quero estar mais perto, quero acompanhar, porque achei muito interessante essa mostra tão diversa, do país inteiro, gente do Piauí, de São Paulo, Minas, Bahia, Rio Grande do Sul, isso é muito bonito”, afirma Siqueira.

Para o arranjador, o Festival cumpre um papel importante ao unir a agricultura - um dos

pilares do Movimento Sem Terra - e a cultura: “Elas têm a mesma raiz, são irmãs gêmeas”, disse. “Nós músicos somos artesãos também. Assim como o lavrador planta o grão, espera a plantinha crescer, reza para chover, reza para parar de chover, a gente também acompanha esse processo na nossa arte. Ela não funciona como uma esteira de produção, desde a criação da música, até a gravação, somos nós que acompanhamos todo o processo”, completa.

MST ocupa sede do INCRA em Cuiabá. Site do MST, 26/07/2016.

Entre as principais reivindicações do Movimento, está o assentamento imediato de cerca de 2000 famílias acampadas no estado

Na manhã desta segunda-feira (25), trabalhadores e trabalhadoras sem terra do Mato Grosso ocuparam a sede do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), em Cuiabá. Entre as principais reivindicações do Movimento, está o assentamento imediato de cerca de 2000 famílias acampadas no estado.

De acordo Dê Silva, da coordenação regional do MST, o objetivo da ocupação é pressionar o Instituto para uma efetivação de assentamentos e adequação de infraestrutura daqueles já existentes.

“Em Mato Grosso se consolidaram assentamentos sem infraestrutura adequada, nem possibilidades de subsistência ou acesso a créditos, saúde e outras necessidades básicas. Por isso, nossa luta permanece firme e forte, para fazer valer nossos direitos e aqueles de toda a classe trabalhadora brasileira”, explicou.

Dê Silva também expressou a solidariedade do MST a outros movimentos que ocorrem no estado, como a greve dos professores e funcionários públicos e a ocupação das escolas pelos estudantes.

“Expressamos nosso apoio às lutas de toda a classe trabalhadora, contra a política violenta e entreguista do governo Pedro Taques”, ressaltou.

Jornada Nacional de Luta contra o Golpe e pela Reforma Agrária

O ato integra a ‘Jornada Nacional de Luta contra o Golpe e pela Reforma Agrária’, que desde o dia 22 de julho ocorre em todo o país. O Movimento se manifesta contra o governo interino golpista de Michel Temer, que além de ser ilegítimo, vem acompanhado por inúmeros retrocessos político-sociais, como a extinção de vários ministérios, os cortes de orçamento nas áreas de saúde, educação e políticas públicas e a criminalização dos movimentos sociais, entre outros.

Entre as reivindicações listadas, está o direito à segurança e soberania alimentar, sem agrotóxicos nem transgênicos, uma educação e saúde pública de qualidade e uma Reforma Agrária verdadeira e eficaz. Atualmente existem cerca de 90 mil famílias do MST acampadas pelo Brasil, a espera para serem assentadas.

O Movimento expressa seu apoio com todos os movimentos em luta pela classe trabalhadora, e denuncia o genocídio dos povos indígenas por jagunços contratados pelo agronegócio e tolerados Estado, sem nenhuma medida que faça respeitar seus direitos, como é o caso dos Guarani-Kaiowá em Mato Grosso do Sul.

Em Jornada de Lutas, Sem Terra ocupam Incra no Ceará. Aline Oliveira. Site do MST, 27/07/2016.

A ação faz parte da Jornada Nacional de Luta em Defesa da Reforma Agrária e contra o Golpe.

Na manhã desta terça-feira (26), cerca de 1000 Sem Terra ocupam a sede do Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) no Ceará.

A ação faz parte da Jornada Nacional de Luta em Defesa da Reforma Agrária e contra o Golpe, uma das pautas principais do Movimento, é denuncia sobre a criminalização dos movimentos sociais nas figuras do jurídico e do legislativo.

Os trabalhadores exigem o assentamento imediato para as quatro mil famílias acampadas no estado, projetos de infraestrutura para os assentamentos, retorno do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), políticas públicas de solução para os impactos causados pela seca no estado, que já se estende por anos consecutivos.

"No Ceará o MST reafirma a necessidade da luta pela Reforma Agrária, não admitimos que famílias Sem Terra fiquem mais de 10 anos debaixo da lona preta, enquanto isso, o governo golpista avança cada vez mais na venda de terras brasileiras para estrangeiros. Denunciamos também o acórdão (775/2016), que suspende a distribuição de lotes da Reforma Agrária em todo o Brasil", afirma Irineuda Lopes da Direção Nacional do MST.

Durante a semana várias audiências estão agendados com a Secretária do Desenvolvimento Agrário, Secretária de Recursos Hídricos, Secretaria de Educação, Secretaria da Cultura, Secretaria das Cidades, Secretaria de Saúde e do Esporte.

O acampamento no Incra terá um caráter de formação e luta, durante o dia serão debatidos temas de interesse geral da classe trabalhadora como a conjuntura política e agrária, Sistema Único de Saúde (SUS), previdência social, dentre outros temas.

MST mobiliza as cinco regiões do país em jornada por Reforma Agrária e contra o golpe. Site do MST, 27/07/2016.

Dentre as pautas em diálogo com a sociedade brasileira, o MST também denuncia em seus atos a criminalização que vem sofrendo em tempos de recrudescimento das forças conservadoras.

O MST promove nesta semana, em alusão à passagem do Dia do Trabalhador Rural (25/07), a Jornada Nacional de Luta contra o Golpe e pela Reforma Agrária. Já são oito estados mobilizados em todas as regiões do país dando novo fôlego ao movimento unitário "Fora Temer". A defesa da democracia não esconde, entretanto, as demandas estruturais do campo e a atualidade da luta pela Reforma Agrária Popular.

A demanda do acesso à terra é uma obrigação do Estado, segundo a Constituição, e por isso o MST vai pressionar o Governo Federal para assentar as 90 mil famílias hoje acampadas, destinar políticas públicas para estruturar os assentamentos e atender nossas reivindicações por terra, crédito, educação, infraestrutura, produção de alimentos saudáveis e mais direitos.

Dentre as pautas em diálogo com a sociedade brasileira, o MST também denuncia em seus atos a criminalização que vem sofrendo em tempos de recrudescimento das forças conservadoras. Particularmente, ganha destaque o caso das prisões políticas de militantes em Goiás, onde judiciário, polícia e Ministério Público se articulam pra enquadrar o MST como organização criminosa, fato inédito até então.

“Nós já estamos sentindo uma ofensiva desse governo ilegítimo e golpista com o aumento da criminalização das lutas e dos movimentos populares organizados, e isso só aumenta nossa indignação e estimula o processo de lutas unitário entre trabalhadores do campo e da cidade”, dispara Marina dos Santos, da direção nacional do MST. Para ela, o momento é de defesa da pauta da terra, mas reconstruindo o projeto de sociedade.

“O MST tem construído o projeto de Reforma Agrária Popular, que é mais estratégico do que apenas esperar por ações de governos. Ele depende de acúmulo de forças para irmos implementando e ajudando construir um novo projeto de país. Não vamos e não podemos nos sentir decepcionados com apenas políticas de governos. Não podemos arrefecer!”, completa.

Até o momento já foram ocupadas sedes do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) em Marabá, Pará, Cuiabá, Mato Grosso, João Pessoa, Paraíba e Fortaleza, Ceará, além do Instituto de Terras do Mato Grosso (Intermat).

Em Bauru, São Paulo, houve manifestação unitária dos movimentos do campo em frente ao Ministério Público Federal e no Mato Grosso os manifestantes bloquearam diversos pontos nas rodovias federais.

Em Aracaju, Sergipe, mais de 15 mil Sem Terra participaram da já tradicional Marcha do Trabalhador Rural, no dia 25/07. Na ocasião, a presidenta eleita Dilma Rousseff discursou para a população ressaltando a agenda de resistência ao golpe e se reafirmando nessa luta.

No Paraná, mais de dois mil Sem Terra se reúnem a partir desta quarta-feira (27), dando início à Jornada de Agroecologia. No Maranhão, o MST realiza a Feira da Reforma Agrária em São Luiz. Em todas as ações da Jornada de Luta contra o Golpe e pela Reforma Agrária, o MST já contabiliza mais de 20 mil trabalhadores mobilizados de Norte a Sul do país.

Sem Terra ocupam Semace no Ceará. Aline Oliveira. Site do MST, 28/07/2016.

O MST reivindica a retomada do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), extinto no governo golpista de Michel Temer e a implantação da Reforma Agrária no Brasil.

Na manhã desta quinta-feira (28), Sem Terra ocuparam a sede da Superintendência Estadual do Meio Ambiente (Semace) em Fortaleza. A ação faz parte da Jornada Nacional de Luta pela Reforma Agrária e Contra o Golpe.

O MST reivindica a retomada do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), extinto no governo golpista de Michel Temer e a implantação da Reforma Agrária no Brasil.

Segundo Pedro Neto da coordenação do MST Ceará, a ocupação da SEMACE também tem como objetivo reivindicar a liberação de licenças ambientais para implantação de projetos produtivos em áreas de assentamentos do Ceará.

Hoje durante todo o dia acontecem audiências com órgãos como Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Departamento Nacional de Obras conta as

Secas (DNOCS), a Secretaria dos Recursos Hídricos (SRH) e Secretaria de Educação do Ceará (SEDUC).

Desde a última terça-feira, 26 , o MST mantém o Incra ocupado com cerca de mil trabalhadores acampados e assentados da Reforma Agraria, oriundos de todo de todo estado do Ceará, com uma pauta ampla que envolve o governo do Estado e Incra.

MST realiza Feira Estadual da Reforma Agrária no Maranhão. Antônio Carlos Luz. Site do MST, 29/07/2016.

Cerca de duzentos camponeses e camponesas do MST do Maranhão , representando os acampamentos e assentamentos do Movimento, fazem parte da feira.

Iniciou neste dia 28 a Feira Estadual da Reforma Agrária em São Luís, que acontece na praça Maria Aragão e vai até o próximo dia 30. O evento é, para o MST, um grande momento de divulgação do projeto de Reforma Agrária Popular, de articulação com outras organizações do campo e com a população que vive nas grandes cidades.

A proposta é, a partir da feira, abrir um espaço de debate em São Luís sobre importância da produção diversificada de alimentos saudáveis e livre de venenos, contrapondo o projeto do agronegócio que se faz cada vez mais avassalador no estado do Maranhão.

Para Divina Lopes, membro da direção estadual do Movimento, "a importância da feira, além de comercialização, é a articulação feita junto a outros movimentos camponeses do estado e a pressão aos governos para se conseguir acesso à políticas públicas que fortaleçam a Reforma Agrária e a luta dos agricultores que sobrevivem do campo."

A brigada de agitação e propaganda, composta por jovens do movimento, tem a finalidade de divulgar a feira, mas também fazer a denúncia contra o projeto do agronegócio e dialogar com a sociedade de São Luís sobre a proposta de projeto de agricultura familiar e de Reforma Agrária Popular defendida pelo MST.

Aproximadamente quinze toneladas de alimentos foram trazidas e uma diversidade de produtos serão comercializados durante os dias de feira. Hortaliças, frutas, feijão, arroz, fava, cachaça, farinha, mandioca, sabonetes, babaçu, mesocarpo, azeite de coco, cocadas, artesanatos, serão alguns dos produtos que a população de São Luís poderá adquirir durante o evento. A praça de alimentação da feira terá galinha caipira, panelada, arroz de cuchá, bolos diversos, todos oriundos da agricultura familiar.

Cerca de duzentos camponeses e camponesas do MST do Maranhão, representando os acampamentos e assentamentos do Movimento, fazem parte da feira. Viram das regionais Tocantina, Açailândia, Mearim, Médio Mearim e Itapecuru. Participam também associações das quebradeiras de coco, Cáritas e pequenas associações de bairros de São Luís.

No primeiro dia aconteceu a mesa de debate sobre a política nacional e a luta de classes no campo. Participaram o professor Bruno Malheiros, da Universidade Federal do Pará, João Paulo Rodrigues, da direção nacional do MST e Saulo Costa, da Universidade Federal do Maranhão. Fizeram uma análise de conjuntura sobre a atual situação brasileira, sobre o avanço do Capital na Amazônia, representado pelas grandes empresas presentes na região, principalmente a Companhia Vale e Suzano e também sobre os principais desafios da esquerda na construção do projeto de Reforma Agrária Popular e por um novo projeto de sociedade.

O dia de feira encerrou com os shows de Fátima Passarinho, Célia Sampaio e o grupo Visões de Lampião, todos artistas maranhenses.

Incra inscreve 1,4 mil lotes de assentamento amazonense no Cadastro Ambiental Rural (CAR). Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 29/07/2016

O Incra no Amazonas (Incra/AM) inscreveu no Cadastro Ambiental Rural (CAR) todos os 1,4 mil lotes do assentamento Acari, localizado nos municípios de Apuí e Novo Aripuanã. A ação, realizada entre os dias 21 de junho e 19 de julho deste ano, faz parte

dos esforços da autarquia de promover a regularização ambiental das áreas de reforma agrária sob sua gestão no País.

O cadastramento dos lotes foi realizado por uma equipe da superintendência regional do Incra, em duas etapas. Na primeira delas, os servidores se concentraram nos quilômetros 65 e 100 da Rodovia AM-174, que liga Apuí a Novo Aripuanã, atendendo os assentados nesses locais. Na segunda fase, a equipe percorreu toda a área de reforma agrária para fazer o mapeamento de cada lote.

A coordenadora do CAR na superintendência, Estefânia Silva, lista entre as dificuldades relacionadas à efetivação do cadastro, a pouca familiaridade da população atendida com o sistema, além do acesso restrito a tecnologias e técnicas disponíveis. Os servidores do setor de Meio Ambiente do Incra no Amazonas relatam, ainda, obstáculos relacionados ao clima, estradas precárias e longas distâncias a serem percorridas, o que exige logística diferenciada para realizar a ação em assentamentos do Amazonas.

Segundo a chefe substituta da Divisão de Desenvolvimento do Incra/AM, Adriana Lima, as irregularidades ambientais observadas durante o trabalho deverão ser sanadas a partir de uma articulação entre as divisões da superintendência, “de modo que as situações sejam caracterizadas e os encaminhamentos resultem em melhoria na situação das famílias assentadas e cumprimento da política de reforma agrária”.

Regularização ambiental

O Cadastro Ambiental Rural é um registro público eletrônico de informações ambientais do imóvel rural. Instituído pelo Novo Código Florestal (Lei 12.651/2012), é obrigatório para todas as propriedades e posses rurais do País e fundamental para o monitoramento, o controle e o combate ao desmatamento, sendo útil ao planejamento ambiental e econômico dessas áreas.

O CAR lote será necessário para todos os projetos de assentamento tradicionais. Produzirá, para cada beneficiário ocupante da parcela cadastrada, um relatório qualitativo e quantitativo dos passivos ou ativos ambientais em conformidade com a legislação. Desta forma, o assentado tem conhecimento da situação ambiental de sua ocupação, comprometendo-se, por meio de termo circunstanciado, com a regularização da parcela e podendo, inclusive, iniciar medidas de recuperação.

Constam no registro dados sobre o perímetro dos imóveis, áreas de uso restrito e consolidadas, além das Áreas de Proteção Permanente (APPs) e de Reserva Legal. É necessário atualizar o documento a cada alteração em relação à propriedade ou posse do imóvel, ou mudança da Reserva Legal.

A inscrição no CAR é gratuita e, no caso dos beneficiários da reforma agrária, além da possibilidade de regularizar as áreas de proteção ambiental, garante acesso a créditos agrícolas e a outras políticas específicas voltadas a esse público.

Durante o atendimento realizado pelo Incra no Amazonas, os assentados receberam orientações quanto à legislação ambiental vigente, participando, ainda, do planejamento para definir a área destinada à Reserva Legal, conforme as regras do Novo Código Florestal.

Com crise econômica e incerteza política, MST vive remobilização.
Marsílea Gombata. Carta Capital, 29/07/2016.

Movimento social próximo ao PT vê no aumento do desemprego oportunidade para amplificação da luta pela reforma agrária

Em um cenário de crise econômica, desemprego e incerteza política, o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST) consegue, de forma aparentemente paradoxal, colher “bons frutos”. Enquanto o PT, ao qual o MST sempre esteve alinhado, mostra pouca capacidade de mobilização, o MST dá sinais de revigoração, após se mostrar “adormecido” ao longo das gestões Lula e Dilma.

“Tanto o PT quanto o MST floresceram em um mesmo contexto, de enfrentamento da ditadura. Mas no momento em que o PT assume o governo, passa a ter uma visão de mundo própria que abate o MST”, observa Deni Alfaró Rubbo, autor de *Párias da terra: o MST e a mundialização da luta camponesa*.

Segundo ele, a chegada do PT ao Palácio do Planalto provocou uma acomodação no MST, por conta de programas como o Bolsa Família, o Prouni ou mesmo o financiamento para alguns assentamentos. “São políticas públicas que fizeram com que o MST não praticasse tanta ação direta, mais frequentes nos anos 1980 e 1990.”

Para Gilmar Mauro, quadro histórico e um dos líderes do MST, duas razões estão por trás de uma maior mobilização dos sem-terra hoje. Uma seria a volta do desemprego, depois de um período de pleno emprego no governo Lula. “Na medida em

que houve mecanização no campo, aumentou o desemprego do proletariado agrícola, que logo foi absorvido pela construção civil”, observa.

“Hoje estamos com o desemprego em torno de 11%, com perspectiva de chegar a 15%, e uma parte desses sem-terra que estavam na construção civil agora são fortemente atingidos pelo desemprego”, diz Gilmar Mauro. “Existe, então, uma tendência para que a luta pela reforma agrária se amplifique no atual contexto.”

A outra motivação residiria em um aspecto cultural, de mudança de visão sobre a vida no campo e a produção agrícola. A agricultura sempre foi vista pela sociedade como sinônimo do atraso, segundo ele, e a ideia do caipira Jeca Tatu de Monteiro Lobato foi bastante difundida na sociedade.

“É comum usar a expressão ‘estou na roça’ ou ‘tenho uma batata quente nas mãos’ para dizer que se tem uma tarefa difícil pela frente ou muito trabalho. São referências ao trabalho agrícola, cujos próprios trabalhadores não vislumbram para seus filhos”, afirma Mauro.

Hoje, o alto grau de estresse das cidades e o atabalhoamento do mundo urbano têm levado a uma revalorização da agricultura como espaço de qualidade de vida e produção de alimentos saudáveis e a um debate sobre mudanças do paradigma da produção agropecuária, explica. “Esses dois cenários, de crise e mudança cultural, dialogam com o tema da reforma agrária popular, de que é possível distribuir terras, desde que se mude o modelo agrícola de produção.”

Integrante da coordenação nacional do MST, Marina dos Santos ressalta que hoje, com trabalhadores desempregados nas grandes cidades e “preços dos alimentos exorbitantes”, muitas famílias têm procurado o MST e engrossado as fileiras da luta pela terra. “A possibilidade de ter terra para morar, plantar e produzir alimentos é vista como uma alternativa de vida”, explica.

Reforma agrária

Quando Lula chegou ao poder, em 2003, a expectativa era de que a reforma agrária demoraria pouco para se tornar realidade no Brasil. À época, 130 mil famílias estavam acampadas em todo o País chanceladas pelo MST.

O tema andou pouco nos últimos anos, e o desânimo levou a uma desmobilização responsável pela queda no número de famílias acampadas, hoje em torno de 90 mil. Em relação a ocupações, o que se observa é uma diminuição, especialmente durante o governo Dilma. Depois de ter atingido um pico de 289 ocupações em 1999, segundo

arquivos do próprio MST, foram 222 em 2003 e 94 em 2013. No ano passado foram 99 ocupações em todo o País, segundo relatório da Comissão Pastoral da Terra.

“O que infelizmente aumentou foi o número de camponeses mortos na luta de resistência e o número de camponeses criminalizados, presos porque lutam por terra e cidadania em um país persistentemente desigual”, afirma Bernardo Mançano Fernandes, especialista em geografia agrária e movimentos sociais da Unesp.

Ele também é da opinião de que, por outro lado, algumas políticas dos governos petistas acabaram por enfraquecer o MST. “O Bolsa Família, por exemplo, desmobilizou quando deveria mobilizar. E isso é resultado da ausência de um trabalho de base para mobilizar a partir dos recursos conquistados. Ocorreu muito mais uma mercantilização do Bolsa Família do que uma conscientização dos direitos.”

Um mecanismo semelhante é apontado por Mauro como arrefecimento do MST nos últimos anos: “O movimento pisou no freio quando houve algumas conquistas, como maior volume de crédito e abertura de alguns mercados, como o da merenda escolar, para nossos produtos. Mas o principal ainda não ocorreu. Não tivemos uma reforma agrária, de fato, o que implicaria discutir a estrutura e desconcentrar.”

Como a reforma agrária não foi prioridade dos governos petistas, o movimento tem adiante o desafio de promover sua principal bandeira e lutar contra a concentração e o agronegócio, que tiveram na recente aproximação entre Dilma e a ruralista Kátia Abreu o reflexo da agenda do governo.

“Tínhamos um compromisso político histórico do Lula de que faria a reforma agrária em uma canetada se eleito fosse. Isso passou longe, e o agronegócio se fortaleceu muito com políticas econômicas”, observa Marina.

Soma-se a isso, lembra Mançano, o fato de o governo repassar “90% dos recursos para o agronegócio que controla 74% das terras e produz 62% do valor bruto da produção, enquanto o campesinato fica com 10% dos recursos, 26% das terras e produz 38% do valor bruto da produção.”

Com o governo interino de Michel Temer e uma agenda ainda mais distante da plataforma do MST, a tendência é que o movimento tenha uma rotina mais agitada do que nas gestões Lula e Dilma, seja através de acampamentos, marchas, jejuns, greves de fome e vigílias.

Em maio, por exemplo, os sem-terra ocuparam por cinco dias uma fazenda em Duartina, no interior de São Paulo, que pertence a João Batista Lima Filho, sócio da empresa Argeplan e amigo de Temer.

“O golpe atual é também um golpe agrário. Os golpistas fecharam o Ministério do Desenvolvimento Agrário e destruíram um conjunto de políticas públicas fundamentais para o desenvolvimento da agricultura camponesa”, afirma Mançano.

“Estão defendendo o processo de estrangeirização da terra, em que governos e corporações da China, dos Estados Unidos, de países árabes e europeus compram e arrendam terras em países pobres, que possuem o recurso natural, mas são subalternos às políticas globais do agronegócio. Evidente que a postura do governo golpista incita a luta.”

A Marcha da Juventude Camponesa. Najar Tubino. Carta Maior, 29/07/2017.

Não se trata apenas de aplicar tecnologias que convivam com o semiárido: eles querem terra para quem não tem, pois conhecem o sofrimento de não ter terra.

Remígio (PB) – Polo da Borborema – Foi a primeira marcha de jovens do campo ocorrida no Brasil e reuniu cerca de mil jovens. Um trabalho, que na verdade é consequência de 20 anos de organização sindical, pois o Polo conta com 15 sindicatos de trabalhadores e trabalhadoras rurais, além de 150 associações comunitárias, distribuídas em 14 municípios. A Marcha percorreu o centro da cidade, que tem em torno de 25 mil habitantes, iniciando com uma confraternização ao lado da Igreja Matriz, que é de 1893 e encerrado do outro lado da cidade, onde havia outro palco e uma feira da agricultura familiar. Trata-se de um evento de protesto, porém, feito com alegria, criatividade e muito bom humor.

“- Querido amigo, querida amiga! Meu nome é Marcelania. Sou filha de Rosália e Itamir e moro no sítio Serra Alta, em Queimadas-PB. Tenho dois irmãos que moram no Rio de Janeiro. Eu escolhi ficar por aqui mesmo, pois adoro o lugar onde nasci e cresci. Tenho muito orgulho do que sou e agradeço a meus pais por isso, pois sei que eles sofreram muito para que eu e meus irmãos chegássemos onde estamos hoje. Não tenho muitas coisas materiais, mas tenho fé, amor, solidariedade, conhecimento, etc., valores

que meus pais me ensinaram a ter e carregar sempre comigo”, trecho do depoimento publicado nas Cartas da Juventude do Campo, da ASPTA.

Aqui está a minha vida

Mais um trecho:

“- Aqui na Serra Alta, faço de tudo um pouco, crio alguns animais como ovelhas, gado e galinhas; planto feijão, milho, fava e etc. No período da colheita o que mais gosto de colher é feijão, mas também gosto de virar o milho, embora eu tenha que fazer de tudo. Quando chega o fim da colheita, geralmente, o meu pai vende uma parte e guarda a outra parte para o nosso consumo e o consumo dos animais, e para o plantio do próximo ano. O meu dia a dia não é só na agricultura, também ensino os jovens e adultos, mas não pretendo deixar o meu lugar. Aqui está a minha vida, onde vivi e vi muita coisa, pois quando era criança a minha vida não foi nada fácil. Só o meu pai trabalhava e não tinha carteira assinada. Naquele tempo recebia 7,00 reais por dia. Nós morávamos na casa que foi da minha avó.”

No Polo da Borborema o povo trabalha em cima de alguns assuntos estratégicos: recursos hídrico, agrobiodiversidade, criação animal, saúde, alimentação, cultivos ecológicos e comercialização. É um sistema fechado ponta a ponta, executado com intercâmbios, capacitação e visitas de campo. A teoria se discute dentro do sítio ou do lote no assentamento. E em 20 anos de atuação da rede do Polo da Borborema produziu mudanças na paisagem e na vida das pessoas. Certamente o Polo da Borborema é um dos territórios mais avançados do Brasil, em termos de políticas públicas que dedram resultado, na organização social, política e cultura e na criatividade.

Uma enxurrada de gargalhadas

No seminário realizado no dia 27, no Hotel Fazenda Triunfo, em Areia, cerca de 20 km de Remígio, os participantes, na sua maioria os jovens da Marcha, realizaram uma alteração na dinâmica de grupo. Primeiro formaram duplas de parceiros, depois tinham um minuto para se apresentar. E, na hora da apresentação geral, eles trocavam de identidade. Então quem tinha uma parceira mulher falava como mulher, quando eram dois homens invertiam a identidade. E isso provocou uma enxurrada de gargalhadas.

Aqui no Polo da Borborema a gente chora com o sofrimento, com a alegria da vitória, mas na maior parte do tempo dá inúmeras gargalhadas. Parece mais um festival de humor do que um evento político, social e cultural.

Já estava um tanto quanto cansado e resolvi escutar os depoimentos do Bar do Saulo, bem ao lado da Praça da Matriz. Tomando uma gelada, é claro. O Bar do Saulo é o ponto de referência no Centro de Remígio. E tem banheiro que todo mundo usa. Tem coco espalhado por todo lado, umas mesas de PVC e uma televisão ligada quase no último volume. Ele usa óculos escuros e não tem um dedo da mão. Todas as pessoas que passavam pela calçada, não interessa se criança, jovem, mulher, adulto, idosos, todos paravam para conversar com Saulo. Claro, depois descobri que ele quer ser candidato a vereador, depende da concordância da família. Uma moça encontra o tio, pede benção e beija a mão dele. Velhas camionetes da Crevolet, tipo Furgão, numeradas, não param de correr, porque a avenida que corta Remígio também é a estrada intermunicipal. Os furgões fazem o transporte entre os municípios, a passagem mais barata é R\$2,50 e a mais cara R\$9.

Alex é um jovem agricultor de 16 anos, terceiro filho de Gerusa e José, em uma família de mais quatro irmãos, Kátia de 8 anos, Fernanda de 18 anos, Artur de 20 anos e Alisson de 11. Todos vivem na propriedade de 2,5ha no sítio Cachoeira de Pedra D'Água, município de Massaranduba-PB:

“- Alex conta, que através do seu envolvimento no grupo de jovens no Sindicato já participou de atividades como oficinas de enxertia, sal mineral, mudas e canteiros econômicos e também já foi a muitas visitas de intercâmbio e encontros em outros municípios e estados. O jovem também recebe constantemente visitas de outros jovens para falar de sua experiência.”, da publicação Folha Agroecológica, da ASPTA.

A luta dos jovens do Polo da Borborema que é um exemplo de sucesso para todo o Brasil também enfrentou as barreiras da família, daquela do tipo que o pai não deixam o filho executar uma mudança na propriedade, uma planta nova ou um biodigestor, como escutei no seminário. O filho chega com a ideia, cava um buraco grande, quase dois metros, depois compra o material de alvenaria e surge algo como uma cisterna. O pai e a mãe estão curiosos. “Vai ser uma cisterna”, para armazenar água. Ele diz, não, vai ser

um biodigestor. E aí, eles não sabem o que é um biodigestor, que armazena bosta de animais, e na fermentação armazena o metano, que é o gás de cozinha.

Depois de pronto e funcionando, o pai e a mãe todos sorridentes, levam os vizinhos para conhecer. Olha o que nós fizemos, e a acende a boca do fogão. Tem gente que não acredita que o fogo da bosta queima. A Cida, lá em Porto da Folha, Sergipe, me contou que tem vizinho que bota a mão na chama para acreditar que ela queima.

Os brasileiros do nordeste, na minha modesta opinião são os brasileiros mais criativos que existem nesse país. É sempre um prazer vir trabalhar no semiárido. E a consciência não é apenas de aplicar tecnologias que convivam com o semiárido, não, eles querem terra para quem não tem, porque sabem o sofrimento que significa alguém no campo não ter terra para produzir. Um adendo: conta uma lenda, que o nome Remígio veio da bronca de um padre que xingava os mal educados que insistiam em mixar na rua. Dizia ele: esse povo mijá e remija na rua, não tem educação.

O indígena, aquele que deve morrer. Leonardo Boff. Carta Maior, 01/07/2016.

A questão indígena é um problema que nunca foi equacionado nas políticas públicas brasileiras. Artigo de Leonardo Boff.

A questão indígena é um problema que nunca foi equacionado nas políticas públicas brasileiras. Grande parte foi exterminada, desde o tempo da colonização e hoje compoem apenas 0,4% da população o que equivale a 817 mil pessoas constituindo 300 povos. Vivem muito concentrados em apenas 200 municípios entre os mais de cinco mil existentes no Brasil.

Praticamente eles não contam. Só a partir de 1991 que começaram a entrar no censo populacional efetivado pelo IBGE.

A questão tornou-se aguda, como sempre foi, neste ano com o assassinato de Clodiode Aquileu Rodrigues de Souza, um guarani-kaiowá, de 26 anos, um agente de saúde, morto à bala na fazenda Yvu, em Caarapó, a 273 km de Campo Grande em Mato Grosso do Sul. Outros cinco membros da comunidade foram feridos entre eles um

menino de 12 anos. Cerca de 200 camionetes e carros cercaram as tendas dos indígenas que fizeram uma “retomada” como eles dizem, de terras que lhes pertenciam desde sempre. Chegaram e foram logo atirando com balas de borracha e balas letais.

Os guarani-kaiowá viviam na região desde tempos imemoriais. Mas a partir de 1882 começaram a ser expulsos para dar lugar ao plantio de erva-mate. Posteriormente, o governo começou vender as terras com o intuito de criar fazendas para plantio de soja e criação de gado. Os indígenas ficaram reclusos em 8 pequenas áreas.

Mas na medida em que a população crescia, sentiram-se forçados a sair. Ai começou a ganhar força a ideia de retomar as terras que sempre foram deles.

Criou-se um conflito perigoso entre os novos proprietários que mostravam sua documentação de compra e os indígenas argumentando serem os donos originários daquelas terras.

Ocorreram vários embates. Especialmente o Mato Grosso do Sul foi o cenário de várias mortes. No final de agosto de 2015, Semião Fernandes Vilhalva, de 24 anos, foi barbaramente executado com um tiro na cabeça.

Em 2013, Ambrósio Vilhalba, de 52 anos foi vítima a facadas perto de Dourados.

Em 2001 ocorreu algo mais grave. O cacique Nísio Gomes de 59 anos foi cercado e eliminado por homens armados a mando de fazendeiros.

O que ocorreu em Caarapó é a continuação dos embates por terras que o Governo tarda em demarcar. Apenas 1/3 das terras estão demarcadas, outro 1/3 se encontram em estudo e o último 1/3 sequer entrou ainda na agenda.

Mas a decisão dos indígenas é clara: “O nosso futuro depende do nosso território, da nossa terra. A gente pretende fazer cada vez mais retomadas porque estamos cansados da demora do Governo brasileiro em demarcar nossa terra. Tomamos uma posição e decidimos que essa é a nossa única saída”, diz Gomes, a liderança indígena da área onde está a fazenda Yvu.

Há uma questão mal colocada por parte do Governo que torna complexa a demarcação e é fonte de permanentes conflitos. Pela legislação, os indígenas não integrados são tidos como relativamente incapazes (artigo 8º do Estatuto do Índio). Eles não possuem direito de propriedade privada sobre as terras demarcadas, consideradas coletivas e tuteladas pela FUNAI. Ademais a Constituição proíbe a comercialização destas terras (art.231,§ 4º), considerando-os minores.

Caso tivessem esse direito, poderiam ter outra relação com os latifundiários que, sabendo que os indígenas não são proprietários, invadem suas terras para o plantio da soja ou a criação de gado. Mais prudente seria, considerá-los adultos e entregar títulos de propriedade privada da terra a que os povos indígenas têm direito e deixá-los organizar-se nas formas de produção que lhe são peculiares e incorporando as formas modernas.

Essa ausência de uma solução definitiva para esses povos originários, gera neles imenso sofrimento, insegurança e até desespero. Há um número significativo de suicídios. O organismo da Igreja que trabalha a questão indígena, o CIMI, computou na última estatística de 2014 um suicídio a cada três dias. A mortalidade infantil é altíssima. Em 2014, 785 crianças até a idade de 5 anos morreram por doenças evitáveis. Isso ocorre especialmente entre os xavantes do Mato Grosso.

O preço do feijão e o aprendiz de liberal. Paulo Kliass. Carta Maior, 06/07/2016.

A presença do Estado é essencial para assegurar a disponibilidade regular dos produtos agrícolas que são consumidos no país.

Uma das características mais marcantes do governo interino é a efetiva autenticidade de sua equipe econômica. Com Temer no poder, a turma do financismo deixou de operar por meio de intermediários. É como se dessem um basta a essas pessoas que já foram desenvolvimentistas ou heterodoxas em seu passado recente e que tentavam fazer todo o tipo de malabarismo para agradar ao sacrossanto “mercado”. Não mais se contentaram com aqueles que pretendiam fazer o jogo do bom mocismo e com isso buscavam se

legitimar - oh, santa ingenuidade! - como representantes das elites do capital.

Chega de terceirização! Agora é Meirelles na Fazenda e Goldfajn no Banco Central. E ponto final. Dois legítimos representantes da banca no comando da política econômica. Um do Bank of Boston. O outro do Itaú. Uma duplinha cujo DNA está no próprio topo da estrutura do sistema financeiro. Não precisam mais pedir favor a ninguém nem interpretar sentimentos para implementar as políticas do austericídio e do desmonte. E pouco importa que estejam conduzindo o Brasil exatamente na contra mão do que está sendo praticado em outras regiões e países pelo mundo afora. É o eterno retorno à agenda mais radical e mais mesquinha do neoliberalismo, tendo por mote o besteiro do Estado mínimo a conduzir as ações do governo.

E assim caminhamos reforçando a política monetária arrojada com SELIC nas alturas, a armadilha do superávit primário, a política de cortes orçamentários criminosos nas áreas de políticas sociais, as orientações de desmonte de programas de redução das desigualdades, a privatização de empresas estatais, a reorientação do comércio exterior para maior subordinação ao imperialismo norte-americano e muitas outras maldades. Tudo isso muito bem feitinho, de acordo com as recomendações do ideário dos setores mais conservadores de nossas classes dirigentes.

Agricultura e mão invisível.

Mas o mundo real é muito mais complicado do que essas suposições do financismo podem imaginar. A economia da agricultura, por exemplo, tende a nos oferecer um conjunto amplo de situações em que as regras básicas do manual de aprendiz de liberalismo não se enquadram de forma adequada. Até mesmo alguns desses especialistas que enchem a boca para enaltecer as qualidades e as virtudes do “mercado” são obrigados a reconhecer que existem limites para que o arranjo entre as forças da oferta e da demanda solucionem de maneira razoável a complexidade do universo da produção e das trocas.

De tempos em tempos surge alguma novidade no noticiário e a imprensa começa a correr atrás do vilão de plantão, um eventual fator que esteja provocando algum tipo de desconforto no suposto “equilíbrio” econômico. No universo agrícola essa tendência é

recorrente e conta também com a ignorância da grande maioria de nossa população a respeito dos mecanismos de funcionamento desse importante setor de nossa economia. Assim, como em um passe de mágica, de repente, começa a faltar determinado produto nas centrais de atacadistas e nas prateleiras de supermercados. Problema à vista?

Ocorre que não há nada de surpresa ou inesperado nesse processo de desabastecimento. A dinâmica desse tipo específico de mercadoria é muito bem conhecida dos profissionais que trabalham com a área, acompanhando o volume das safras, as toneladas das colheitas, o comportamento dos preços no presente e a tendência de evolução dos mesmos no médio e no longo prazo. Além disso, o próprio governo conta com instrumentos e instituições de qualidade, que fazem exatamente esse tipo de monitoramento no detalhe. Assim, quando o fato ganha as manchetes da imprensa, há muito tempo já se sabia do ocorrido. A questão é que, na maior parte das vezes, muito pouco ou quase nada é feito para atenuá-lo ou corrigi-lo.

Inflação do tomate e carência de feijão.

Ora, quem não se lembra de um determinado período do ano passado, em que se inventou a imbecilidade da tal “inflação do tomate”? Na verdade, o ocorrido em 2015 foi uma retomada do mesmo fenômeno ocorrido dois anos antes, em 2013. E quanto mais se retroceder no período de análise, mais informações serão obtidas a respeito de situações semelhantes. Bingo! E assim o aprendiz de liberal percebe que estamos face a um fenômeno cíclico e que não há racionalidade no comportamento dos chamados agentes econômicos que dê cabo isoladamente desse tipo de situação. Fica muito mais interessante espetacularizar o fato e buscar o suposto vilão pela alta da inflação. Daí a buscar a responsabilidade no preço do tomate pela “inescapável” alta da taxa oficial de juros é apenas um pulo.

Os bens produzidos pela atividade agrícola obedecem a determinados padrões que estão vinculados mais diretamente aos ciclos da natureza. Por mais que a humanidade tenha experimentado inegáveis e importantes avanços em termos tecnológicos, continua existindo o tempo da semeadura, a fase do desenvolvimento dos vegetais e depois o período da colheita. E para tanto ainda interferem os períodos de chuva e de estiagem, bem como as escalas de temperatura.

Assim, existe uma tendência a observar-se uma concentração da oferta dos produtos em uma única época ou em alguns períodos ao longo do ano. No entanto, por fatores de ordem cultural, social ou econômico, algumas dessas mercadorias são consumidas de forma praticamente uniforme ao longo dos 12 meses. Por essas mesmas razões, não existe “a priori” disposição da sociedade em promover a substituição de alguns desses bens por outros, obedecendo às regras da sazonalidade. Essa dinâmica tende a provocar surtos de maior ou menor oferta, com as conseqüências esperadas no que diz respeito ao comportamento dos preços.

Uma característica desse tipo de mercado refere-se à possibilidade de a interferência de fenômenos naturais comprometerem a disponibilidade dos produtos. Uma seca mais acentuada ou um período de chuvas mais intenso ou prolongado podem afetar de forma significativa a oferta de bens. Esse parece ser o caso atual do feijão em nossa sociedade. Seu elevado nível consumo está profundamente enraizado no hábito alimentar das famílias e indivíduos. Há variedades regionais de acordo com a tradição de uso local, com preferência concentrada para o feijão carioca e o feijão preto.

Deve parecer óbvio que a presença do Estado é essencial para assegurar a disponibilidade regular do produto a ser consumido no país. Bastaria citar as características da concentração temporal da colheita e da imprevisibilidade climática para se perceber que as curvas de oferta podem sofrer rupturas. E aqui entra o papel das políticas públicas para promover a formação de estoques reguladores. Nada muito original. Isso se faz em grande parte dos países e temos aqui até mesmo uma instituição federal para tanto. Trata-se da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), empresa pública vinculada ao Ministério da Agricultura.

Estoques reguladores: missão do Estado.

Caso a estatal estivesse bem orientada a desenvolver sua missão institucional, já teria estruturado uma sistemática de estoques dos principais produtos de nossa segurança alimentar, onde o feijão certamente ocupa papel de destaque. A ideia é se comprometer com a aquisição dos bens agrícolas ao longo de todo o exercício, concentrada nos períodos posteriores à colheita e ao beneficiamento. Com isso, o governo garante

compra para os produtores e compõe uma quantidade suficiente para atender à demanda nos momentos de baixa de oferta.

Ah, mas isso representa a mão pesada do Estado a interferir negativamente no livre equilíbrio do mercado. E blá-blá-blá! Talvez então o mais adequado mesmo seja nos mantermos presos aos modelitosliberalóides e deixar que tudo se arranje pela mão invisível do mercado. Assim, para satisfazer aos desejos dos doutrinarmos, aguardemos que a escassez promova o ajuste pela subida exagerada dos preços aos consumidores ou então que a abundância se acomode com a destruição física de parcela da safra caso os preços estejam pouco motivadores para os agricultores. Afinal, até mesmo a imperatriz Maria Antonieta, às vésperas da Revolução Francesa, já dizia que se faltasse pão, que o povo comesse brioche!

O fato de a CONAB ter sido mal utilizada no passado para cumprir com sua missão não deve ser utilizado como argumento para inviabilizar a necessidade de que ela sirva como instrumento de política agrícola. Se houve escândalos associados à manipulação de estoques de alimentos em outros momentos, cabe aperfeiçoar os mecanismos de controle para que tal opção de regulação do abastecimento estratégico e garantia da segurança alimentar seja eficiente para o conjunto da sociedade.

Economia agrícola é apenas mais um exemplo de como a ação do Estado é importante para promover bem estar e equilíbrio socioeconômico. Mas para isso é necessário superar o dogmatismo inconsequente dos aprendizes de liberalismo que tanto nos assolam - seja na condução do governo, seja na orientação dos meios de comunicação.

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores

Ademir A. Cazella, Andrey Cordeiro Ferreira,
Armando Fornazier, Catia Grisa, Claudia Job Schmitt,
Fábio Luiz Búrigo, Georges Flexor, Jorge Romano,
Karina Kato, Lauro Mattei, Leonilde Medeiros,
Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf,
Silvia Zimmermann, Valdemar João Wesz Junior

Assistentes de Pesquisa
José Renato S. Porto

Secretária
Diva de Faria

**op
pa** Observatório de Políticas
Públicas para a Agricultura

cpda Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 - r. 214

Fax: 21 2224 8577 - r. 217

Correio eletrônico: oppa@ufrj.br

Sítio eletrônico: www.ufrj.br/cpda/oppa